

TR EQUIPAMENTOS, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 21004221 válida até 02/06/2014, para Usinagem (torno, fresa, etc.), Serviço de , sito à RUA BORORÓS, 166, HIGIENÓPOLIS PIRACIBABA/SP.

FRIGORIFICO SANTO EXPEDITO LTDA., torna público que requereu na CETESB a Licença de Operação para abate de suínos, sito à Rua EURO-PA 50 - DISTRITO INDUSTRIAL II Lençóis Paulista/SP.

MB COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., torna público que requereu à CETESB, as Licenças Prévia e de Instalação, para comércio varejista de combustíveis e lubrificantes , sito à Av. Deputado Orlando Zancaner, 765, Vila Amêndola, Catanduva/SP.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo

CNPJ nº 61.699.567/0011-64

Nota da Administração da S.P.D.M.

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da S.P.D.M. publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 29.04.2011 às páginas 134, 135 e 136, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade **Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo** que integra a S.P.D.M.. A S.P.D.M. é uma Associação Civil sem fins lucrativos fundada em 26/06/1933, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970 e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo

(HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. São ainda outros objetivos, colaborar, a seu critério, com a UNIFESP em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; promover ações e prestar serviços de saúde, inclusive ao Sistema Único de Saúde, e assistência social, gratuitamente ou não, de atenção às necessidades da criança, adolescente e família; desenvolver atividades assistenciais de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e ambulatorial; prestar serviços de consultoria, desenvolver, assessorar e gerenciar serviços e sistemas de saúde de natureza pública ou privada e; prestar serviços de consultoria, elaboração, planejamento ou assessoria em projetos arquitetônicos ambientais e de infra-es-

trutura em áreas físicas ou imóveis destinados à assistência, ensino e/ou pesquisa na área da saúde. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 30.04.2011. **Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr.** - Presidente da S.P.D.M.. **Prof. Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva** - Superintendente Financeiro da S.P.D.M..

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Reais)		
	31.12.10	31.12.09
Ativo	4.710.852,81	2.773.866,10
Circulante	4.710.852,81	2.773.866,10
Disponível	4.586.490,64	2.744.337,77
Caixa	200,00	7.700,00
Bancos Conta Movimento	27.305,22	131.937,61
Aplicações Financeiras	4.558.985,42	2.604.700,16
Outros Créditos	37.720,89	29.423,73
Antecipação de Férias	33.810,29	28.031,52
Antecipação Salarial	910,60	369,36
Outros Créditos e Adiantamentos	3.000,00	1.022,85
Despesas Pagas Antecipadamente	86.641,28	104,60
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer	86.641,28	104,60
Não Circulante	32.387,70	630.963,36
Imobilizado - Bens Próprios	-	630.963,36
Bens Móveis	-	818.838,73
(-) Depreciação Acumulada	-	(187.875,37)
Imobilizado - Bens de Terceiros	32.387,70	-
Bens Móveis	463.593,06	-
Ajuste de vida útil econômica - Bens Móveis de Terceiros	(431.205,36)	-
Total do Ativo	4.743.240,51	3.404.829,46
Compensação	43.832.095,48	22.575.217,46
Bens/Mercadorias de Terceiros	43.832.095,48	22.575.217,46
Mercadorias Recebidas de Terceiros	43.672.340,58	22.575.217,46
Bens recebidos em comodato	159.754,90	-
Total Geral	48.575.335,99	25.980.046,92

Passivo e Patrimônio Social		
	31.12.10	31.12.09
Circulante	1.388.594,19	1.067.373,02
Fornecedores	71.700,16	83.103,70
Serviço de Terceiros Pessoa Física e Jurídica	162.318,22	43.062,47
Salários a Pagar	359.620,71	278.354,69
Contribuições a Recolher	77.362,57	64.553,37
Provisão de Férias	451.061,10	393.103,22
Provisão de FGTS sobre Férias	36.084,88	31.448,25
Impostos a Recolher	64.451,29	36.207,93
Obrigações Tributárias	16.251,09	10.507,77
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	-	3.592,34
Outras Contas a Pagar	149.744,17	123.439,28
Não Circulante	35.387,70	22.046,37
Exigível a Longo Prazo	35.387,70	22.046,37
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas	3.000,00	22.046,37
Obrigações - Bens Móveis de terceiros	463.593,06	-
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros	(431.205,36)	-
Patrimônio Social	3.319.258,62	2.315.410,07
Resultado de Exercícios Anteriores	1.947.243,28	543.055,63
Superávit do Exercício	1.372.015,34	1.772.354,44
Total do Passivo e Patrimônio Social	4.743.240,51	3.404.829,46
Compensação	43.832.095,48	22.575.217,46
Bens/Mercadorias de Terceiros	43.832.095,48	22.575.217,46
Mercadorias Recebidas	43.672.340,58	22.575.217,46
Bens em comodato	159.754,90	-
Total Geral	48.575.335,99	25.980.046,92

Demonstrações do Superávit ou Déficit para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Reais)		
	31.12.10	31.12.09
Receitas Operacionais	11.131.971,51	9.531.058,08
Secret. de Saúde do Estado de São Paulo	11.129.547,11	9.531.058,08
Outras Receitas	2.424,40	-
Outras Receitas Operacionais	270.585,58	107.908,73
Descontos Recebidos	4.811,44	310,67
Financeiras	265.773,97	106.550,15
Despesas Anuladas do Exercício Anterior	-	1.047,91
Doações Recebidas	0,17	-
Total das Receitas	11.402.557,09	9.638.966,81
Despesas Operacionais	(10.030.541,75)	(7.866.612,37)
Serviços - Pessoal Próprio	(6.580.974,03)	(5.099.234,50)
Serv. - Terceiros Pessoa Física e Jurídica	(2.516.437,15)	(1.967.003,82)
Mercadorias	(910.217,38)	(494.119,54)
Tributos	(8.491,81)	(261,20)
Financeiras	(12.986,09)	(12.043,54)
Receitas Anuladas do Exercício Anterior	-	(194.514,00)
Despesas do Exercício Anterior	(686,44)	-
Depreciação	(748,85)	(99.435,77)
Outras Despesas	-	-
Total das Despesas	(10.030.541,75)	(7.866.612,37)
Superávit do Exercício	1.372.015,34	1.772.354,44

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: A Associação, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A Associação tem como atividade a prestação de serviços de assistência social, regendo-se pelo Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e pela legislação aplicável. Em 02 de maio de 2006, a SPDM assumiu a gestão da Farmácia de Alto Custo - NGA Várzea do Carmo, por meio de parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com a seguinte missão: • Distribuir e dispensar medicamentos excepcionais, cumprindo os protocolos estabelecidos e as diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde; • Promover a busca contínua da qualidade visando o aperfeiçoamento da assistência farmacêutica, atendimento, sistema de distribuição, dispensação e gestão; • Desenvolver pessoas, contribuir para uma saúde pública digna com compromisso social. A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu Art. 29. e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade. A Entidade tem atendido substancialmente aos procedimentos requeridos para suportar suas atividades filantrópicas, inclusive estatutariamente. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC. As referidas demonstrações contemplam a antecipação de adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exigidos para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. Essas alterações tiveram por objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade - IFRS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Em decorrência das respectivas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que estão sendo aplicados pela Entidade desde então. Dentre as principais alterações nas práticas contábeis introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 estão os ajustes a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. A nova lei que modificou a definição de imobilizado excluiu dele os bens não corpóreos (marcas, patentes, etc.) e obrigou a inclusão de bens que não fossem de propriedade da empresa, mas que tivessem por finalidade a manutenção das atividades, ou seja, incorporar bens decorrentes de operações que transfiram à Entidade os benefícios, os riscos e controle desses bens. Sendo assim, foram adicionadas em 2009 ao plano de contas da Entidade, contas que contemplassem a inclusão dos bens de terceiros junto ao imobilizado. No Exercício de 2010 todos os bens móveis adquiridos inclusive os de períodos anteriores a 2009 que por força de contratos ou convênios, pertencem aos contratantes ou convenientes terceiros, passaram a ser classificados como bens de Terceiros (conforme nota explicativa nº 5) e os respectivos valores foram baixados dos bens próprios. Em virtude do referido ajuste provocado pela transferência dos bens do Ativo Imobilizado - Bens Próprios para o Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros, houve a necessidade de promover um ajuste direto na conta de Patrimônio Social, Resultado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 368.166,79. **3. Principais Práticas Contábeis:** Na escrituração dos atos e fatos que deram origem às demonstrações contábeis da Associação, foram adotadas práticas contábeis, cujas principais,

descreveremos a seguir: **a) Receitas e Despesas:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **b) Estimativa Contábil:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **c) Aplicações Financeiras:** Estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. **d) Valores a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência. **e) Outros Ativos e Passivos Circulantes:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço. Os valores referentes aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. **f) Imobilizado Bens de Terceiros:** Apresenta-se pelo custo de aquisição ou valor original, os ajustes à vida útil econômica dos bens são calculados pelo método linear, conforme nota 5. A contrapartida dos ajustes é debitada a conta redutora de Obrigações - Bens Móveis de Terceiros no Exigível a Longo Prazo. **g) Contingências:** Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM - NGA Várzea do Carmo vem sendo acionada em ações cíveis. Caso haja sentenças desfavoráveis em todos os processos, a Associação terá que arcar com uma despesa no montante de R\$ 850,06 em valores de 31/12/2010, os quais não estão provisionados no balanço. Dentro da mesma linha, em 2010 a Associação tem um passivo em reclamações trabalhistas com probabilidade de perda "provável" da ordem de R\$ 3.000,00, o qual se encontra provisionado no balanço como Contingências Trabalhistas em sua totalidade, e para o mesmo tipo de ação onde a possibilidade de sucesso era tida como "possível" o total de processos monta em R\$ 78.672,54. Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "possível", "provável" e "remota", encontra-se em conformidade ao estabelecido no CPC 25 e Deliberação CVM 489/2005. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	31.12.10	31.12.09
Caixa e Saldos em Bancos	27.505,22	139.637,61
Aplicação Financeira de Curto Prazo	4.558.985,42	2.604.700,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.586.490,64	2.744.337,77

5. Imobilizado: O imobilizado é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Taxa	31.12.10		31.12.09	
	Anual	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
Bens Móveis - Próprios				
Apar., Equip. Utens.	-	-	-	-
Med. Odont. e Labor. 10%	-	-	-	111,92
Equip. Proc. Dados 20%	-	-	-	164.893,36
Mobiliários em Geral 10%	-	-	-	325.455,49
Máquinas Utensílios e Equip. Diversos 10%	-	-	-	91.767,80
Apar. de Medição 10%	-	-	-	1.537,77
Apar. e Equip. Com. 10%	-	-	-	20.569,17
Apar. e Utens. Dom. 10%	-	-	-	25.232,85
Máq. e Equip. de Natureza Industrial 10%	-	-	-	414,76
Equip. para Áudio Vídeo e Foto 10%	-	-	-	980,24
Total		31.12.10		31.12.09
Bens Móveis - Terceiros				
Apar., Equip. Utens.	-	-	-	-
Med. Odont. e Labor. 10%	100,58	(117,62)	-	(17,04)
Equip. Proc. Dados 20%	229.351,33	(103.826,28)	-	125.525,05
Mobiliários em Geral 10%	229.065,91	(215.437,19)	-	13.628,72
Máquinas Utensílios e Equip. Diversos 10%	84.717,06	(88.212,79)	-	(3.495,73)
Apar. de Medição 10%	1.403,88	(1.604,64)	-	(200,76)
Apar. e Equip. Com. 10%	9.376,59	(11.105,63)	-	(1.729,04)
Apar. e Utens. Dom. 10%	6.731,88	(9.402,42)	-	(2.670,54)
Máq. e Equip. de Natureza Industrial 10%	372,75	(435,75)	-	(63,00)
Equip. para Áudio Vídeo e Foto 10%	2.473,08	(1.063,04)	-	1.410,04

6. Origens dos Recursos e Disposições da Lei 12.101 de 27/11/2009: a) Das Receitas Operacionais: Os valores recebidos diretamente pela

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Reais)		
	31.12.10	31.12.09
Eventos		
Saldo em 01.01.10	2.315.410,07	2.315.410,07
Saldo Residual do Imobilizado	(368.166,79)	(368.166,79)
Superávit do Exercício	1.372.015,34	1.372.015,34
Saldo em 31.12.10	3.319.258,62	3.319.258,62
Saldo em 01.01.09	543.055,63	543.055,63
Superávit do Exercício	1.772.354,44	1.772.354,44
Saldo em 31.12.09	2.315.410,07	2.315.410,07

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Reais)		
	31.12.10	31.12.09
Fluxos de Caixa nas Atividades Operacionais	1.372.015,34	1.772.354,44
Superávit do exercício	1.372.015,34	1.772.354,44
Ajustes por: Depreciação e amortização	-	99.435,77
Resultado na venda de ativos permanentes	262.796,57	-
Variações nos ativos e passivos	-	-
(Aumento) Redução em contas a receber	(94.833,84)	239.759,54
Aumento (Redução) em fornecedores	104.369,77	44.844,12
Aumento (Red.) em contas a pagar e provisões	197.805,03	(293.425,50)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	463.383,71	-
Caixa liq. prov. das atividades operacionais	2.305.536,58	1.862.968,37
Fluxos de caixa nas atividades de investimento	3.319.258,62	3.319.258,62
(-) Compra de imobilizado	-	(159.708,61)
(-) Adição de Bens de terceiros	(463.383,71)	-
Caixa liq. prov. das ativ. de investimentos	(463.383,71)	(159.708,61)
Aum. líquido de caixa e equiv. de caixa	1.842.152,87	1.703.259,76
Caixa e equiv. de caixa no início do período	2.744.337,77	1.041.078,01
Caixa e equiv. de caixa no final do período	4.586.490,64	2.744.337,77
Aum. líquido de caixa e equiv. de caixa	1.842.152,87	1.703.259,76

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Reais)		
	31.12.10	31.12.09
1 - Receitas	11.136.783,12	9.532.416,66
1.1) Prestação de serviços	11.129.547,11	9.531.058,08
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	2.424,40	-
1.3) Outras rec. (-) Rec. Anuladas Exerc. Anterior	4.811,61	1.358,58
2 - Insum. Adquir. de Tercs. (inclui ICMS e IPI)	3.342.161,67	2.404.504,65
2.1) Matérias-primas consumidas	19.690,00	7.212,99

Ata da 9ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ao 18º dia do mês de abril de dois mil e onze, às 08h00min, na sala de reuniões localizada no 2º subsolo do edifício situado na Rua Doutor Diogo de Faria, 1036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM, presentes: Prof. Dr. Ana Luísa Höfling de Lima, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Padre Antonio Luiz Marchioni (Padre "Ticão"), Dr. Flávio Bitelman, Dr. Hercílio Ramos, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. Ausência justificada: Dr. Arthur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Maria Inês Dolci, e participaram como convidados os Superintendentes Profs. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Dr. André Luís Pereira (Jurídico SPDM). O Sr. Presidente deu início à sessão, agradecendo a presença de todos, fez breves comentários sobre assuntos gerais da

SPDM. Passou-se, então, ao 1º item da Pauta: Aprovação da Ata da reunião anterior 07/02/11, onde foi lida e aprovada por unanimidade. Passou-se, então ao 2º item da Pauta: Análise dos balanços e demonstrativos de resultados do ano de 2010 das unidades públicas geridas pela SPDM através de contratos de gestão e/ou convênios. Atendendo ao disposto no artigo 34, parágrafo X do Estatuto Social da SPDM, os membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, reuniram-se na data de hoje, para analisarem os balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados da SPDM e de suas unidades, assim como o Relatório dos auditores independentes. Inicia-se pela leitura por parte dos Auditores Independentes do seu Relatório sobre o Balanço Consolidado e demais demonstrações do ano de 2010. O Dr. Hercílio solicita o Relatório Individual de Auditoria de cada unidade, para melhor análise e verificação e dos valores junto ao Balanço apresentado. Solicitação acatada. O Dr. Hercílio enfatiza o trabalho sério e a boa apresentação do Superintendente Financeiro aconse-

lhando a todos que leiam esse trabalho tão bem elaborado pela equipe Financeira da SPDM. Os presentes opinam pela aprovação. **NGAVC - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo** - Rua Leopoldo Meque, 327 - Bairro do Glicério - São Paulo - SP - CEP 01518-020 - CNPJ - nº 61.699.567/0011-64. **3º e último item da Pauta** - Apresentação da Minuta do Contrato de Gestão - Município de Guarujá e Apresentação da Minuta do Contrato de Gestão - Município de Americana. Encerrada a pauta e aberta a palavra para quem dela quisesse fazer uso sem que houvesse manifestações, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião. E para constar, eu lara Martins, secretária da SPDM, redigi a presente Ata, que segue assinada por mim, pelo Presidente e será submetida à aprovação na próxima reunião.

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente
Iara Martins - Secretária

Relatório dos Auditores Independentes: Ilmos. Srs. Diretores da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Assoc. Paulista para o Desenv. da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2010 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razo-

ável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31.12.2010, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nºs

2 e 9, a Assoc. não procedeu alocação dos ajustes retrospectivos às informações correspondentes ao exercício findo em 31.12.2009, apresentadas para fins de comparação. Os ajustes foram adequadamente retificados e foram feitas divulgações apropriadas nas demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2010, contabilizando diretamente no patrimônio social da Associação, na rubrica Superávit ou Déficit Acumulado, o montante de R\$ 368.166,79 o qual se referem a ajustes do ativo imobilizado. **Outros Assuntos:** As demonstr. contábeis para o exercício findo em 31.12.2009 foram por nós examinadas, e nosso parecer datado de 31.03.2010, continha ressalva quanto aos ajustes do ativo Imobilizado Bens de Terceiros dos hospitais afiliados que foram adquiridos com recursos públicos, essa ressalva não mais se apresenta em 31.12.2010. **Demonstr. do Valor Adicionado:** Examinamos, também, a demonstr. do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstr. contábeis tomadas em conjunto. São Paulo, 31.03.2011. **Padrão Auditoria S/S - CRC-2SP016.650/O-7. Sérgio Noboru Outaka**-Contador CRC-1SP129.531/O-9.

NS2.COM INTERNET S/A

CNPJ nº 09.339.936/0001-16 - NIRE 35.300.375.491

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, valores expressos em R\$. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 - R\$				Demonstração do Resultado - R\$				
ATIVO		PASSIVO						
	2010	2009	2010	2009	2010	2009		
Ativo Circulante	174.222.736	112.418.771	Passivo Circulante	142.087.853	56.735.545	Receita Operacional Bruta	366.917.629	155.907.835
Caixa e Bancos	1.672.419	294.020	Contas a Pagar	9.922.931	6.275.241	Receita Bruta Produtos	366.917.629	155.907.835
Aplicações Financeiras	3.940.629	34.253.077	Fornecedores	36.006.420	27.306.569	Deduções de Receitas	(110.247.570)	(43.586.820)
Adiantamentos	547.218	692.264	Salários e Encargos	1.411.836	528.273	Impostos e Devoluções s/Vendas	(110.247.570)	(43.586.820)
A Receber	96.376.487	51.716.232	Provisão Trabalhistas	1.805.415	498.321	Receita Operacional Líquida	256.670.060	112.321.015
Seguros	-	318.526	Financiamento Imobilizado	1.023.666	120.023	Costo dos Produtos e Serv. Vendidos	(136.991.203)	(55.463.873)
Despesas Antecipadas	10.056.439	-	Obrigações Fiscais	4.290.883	7.902.446	Lucro Bruto	119.678.857	56.857.142
Estoques	60.992.038	24.543.694	Parcelamento Impostos	1.611.223	-	Despesas Operacionais	(127.203.920)	(64.619.865)
Impostos a Recuperar	637.506	600.959	Empréstimos a Pagar	85.005.277	17.704.672	Pessoal/Administrativas e Outras	(51.046.159)	(57.804.364)
Ativo Não-Circulante	1.369.123	988.890	Provisão para Contingências	530.909	-	Despesas Financeiras	(9.746.539)	(6.815.500)
Consórcios	47.896	47.896	Prov. Plano Benef. Pós Empregos	219.830	-	Despesas Vendas/Informática	(66.411.221)	-
Leasing	-	122.184	Provisões Diversas	259.463	-	Receitas Financeiras/Não Operacionais	10.801.743	1.513.693
Seguros	-	818.810	Passivo Não Circulante	7.407.708	19.107.396	Lucro Antes da Tributação	3.276.680	(6.249.029)
Despesas Antecipadas	22.974	-	Empréstimos a Pagar	3.986.937	19.107.396	Imposto de Renda	(844.831)	(367.834)
Incent. Fiscais - Prejuízo Fiscal	954.598	-	Parcelamento Impostos	2.073.276	-	Contribuição Social	(312.779)	(134.580)
Incent. Fiscais - Base Negativa	343.655	-	Financiamento Imobilizado	1.347.495	-	Lucro Líquido do Exercício	2.119.070	(6.751.443)
Investimentos	13.249.132	3.442.732	Patrimônio Líquido	39.345.431	41.007.453	Demonstração de Fluxo de Caixa		
Imobilizado Técnico	6.101.027	1.581.920	Capital Social	4.237.099	3.197.065	Exercícios Findos em 31 Dezembro de 2010 e 2009		
Depreciação	(710.581)	(155.144)	Reservas de Capital	48.959.922	49.999.956	Método Indireto		
Intangível	8.618.132	1.963.456	Prejuízos Acumulados	(13.851.590)	(12.189.568)	2010		
Amortização	(759.446)	-	Total do Ativo	188.840.992	116.850.394	2009		
Despesas Diferidas	-	52.500	Total do Passivo	188.840.992	116.850.394	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Total do Ativo	188.840.992	116.850.394				Lucro Líq. antes do I.R. e Contribuição Social		
						3.276.680 (6.249.029)		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2010 e 2009 - R\$				
Capital Realizado		Reserva de Lucros		Total
Capital Social Subscrito	Ações em Tesouraria	Reserva de Lucros	Total	
Saldo Inicial em 01/01/2010	3.197.065	49.999.956	(12.189.568)	41.007.453
Aj. Anos Anteriores	-	(3.781.092)	-	(3.781.092)
Reservas	-	-	-	-
Aumento de Capital	1.040.034	-	-	1.040.034
Lucro Líquido do Exercício	-	-	2.119.070	2.119.070
Reserva Legal	-	(1.040.034)	-	(1.040.034)
Numerários (R\$)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2010	4.237.099	45.178.830	(10.070.498)	39.345.431
Capital Realizado				
Saldo Inicial em 01/01/2009	100.000	-	1.006.371	1.106.371
Aj. Anos Anteriores	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Aumento de Capital	3.097.065	-	(3.097.065)	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(6.751.443)	(6.751.443)
Reserva Legal	-	-	-	-
Numerários (R\$)	-	49.999.956	(3.347.431)	46.652.524
Saldo em 31/12/2009	3.197.065	49.999.956	(12.189.568)	41.007.453

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2010		Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados - R\$	
		2010	2009
01. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas e embasadas pelas Leis nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, atendendo as normas tributárias pertinentes.		Saldo Inicial do Exercício	(12.189.568)
02. Os estoques foram avaliados pelo custo.		Lucro Líquido do Exercício	2.119.070
03. O Capital Social de R\$ 4.237.099,00, divididos em 4.237.099 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.		(-) Prejuízo Líquido do Exercício	-
		Total	(10.070.498)
		Destinações	
		Aumento do Capital	(3.097.065)
		Dividendos Propostos	(3.347.431)
		Reserva de Capital	-
		Prejuízos Acumulados	(10.070.498)
			(12.189.568)

Diretores	Contador
Márcio Kumruian Hagop Chabab	Sidney dos Santos Silva CRC - 1SP205.672/O-4

ADSS Participações Ltda.
Graciela Kumruian Tanaka - Lee Jared Fixel

Refinadora Catarinense S.A.
CNPJ nº 86.151.586/0001-00 - NIRE 35300328604

Ata de Assembleia Geral Ordinária
(Extrato de ata conf. § 3º do art. 130, Lei 6.404/76)

Data e Horário: 27 de abril de 2011, às 11:00. **Local:** Sede da Empresa. **Presidente:** Valério Gomes Neto. **Secretário:** Carlos Roberto Link. **Presenças Acionistas:** Representando 84,7529% do capital votante. **Publicações:** Convocações - Diário Oficial do Estado e no Jornal Monitor Mercantil da Cidade de São Paulo, SP, nos dias 15, 16 e 19/04/2011, mesmos veículos nos quais foi publicado o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras, no dia 22/03/2011. **Deliberações:** 1. Aprovado o relatório, as contas e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2010. 2. Aprovada a destinação do resultado do exercício, conforme o que segue: o prejuízo do exercício findo, no valor de R\$ 4.970.375,64, mantido na conta de prejuízos acumulados, aprovando-se a reversão de R\$ 44.000,00, atualmente registrada como Reserva de Lucros a Realizar, para compensação de prejuízos acumulados, face sua realização parcial, ficando, portanto, como saldo de Lucros a Realizar o valor de R\$ 91.000,00. 3. Foram reeleitos os seguintes diretores: Valério Gomes Neto, Eleonora Ramos Gomes e Glauco José Côrte. 4. Aprovado o reajuste para a remuneração da Diretoria de até 10%. **Transcrição e Arquivamento:** A presente ata foi lavrada em livro próprio, às fls. 54 e 55 e arquivada na JUCESP sob o nº 174.463/11-0 em 04/05/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

Ebco Systems Ltda.
CNPJ/MF nº 40.235.871/0001-09

Cisão Parcial e Versão de Parcela do Patrimônio da Ebco Systems Ltda. na SDBR Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda.
Em 30/04/11 os sócios da Ebco Systems Ltda., com CNPJ/MF nº 40.235.871/0001-09 e NIRE 35.216.078.767, e os sócios da SDBR Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda., com CNPJ/MF nº 13.099.234/0001-70 e NIRE 35.224.998.969, aprovaram a cisão parcial da Ebco Systems Ltda. e a versão de parcela de seu patrimônio no valor de R\$2.887.724,51, conforme balanço datado de 31 de março de 2011, na SDBR Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. Em decorrência da cisão parcial a Ebco Systems Ltda. teve: (i) seu capital social reduzido de R\$5.500.000,00 para R\$2.612.276,00; e (ii) as filiais 1 e 2 constantes da Cláusula 1 de seu Contrato Social transferidas, juntamente com suas licenças, escriturações e registros para a SDBR; e a SDBR Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. teve: (i) seu capital social aumentado de R\$10.000,00 para R\$2.897.724,51; e (ii) foram abertas duas filiais: uma no SEPS 705/905 Bloco A Edifício Centro Empresarial Santa Cruz - salas 501 e 503 - Bairro Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70310-500, e uma em Depósito Fechado na Rua Tabapuá, 390 - Itaim Bibi - São Paulo, SP, CEP 04533-001. Os respectivos documentos societários da Ebco Systems Ltda. e SDBR Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. foram arquivados perante a JUCESP em 10/05/11 sob, respectivamente, os nºs 178.331/11-9 e 178.332/11-2.

BBD Participações S.A.
CNPJ nº 07.838.611/0001-52 - NIRE 35.300.335.295

Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 17 de junho de 2011, às 15h, na sede social, Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, no Salão Nobre do 5º andar, Prédio Vermelho, a fim de examinar proposta do Conselho de Administração para alterar o Estatuto Social, conforme segue: • no Inciso I do Artigo 6º, incluindo a possibilidade de funcionários que exerçam o cargo de Gerente Regional do Banco Bradesco S.A. ou da Bradespar S.A. ou de sociedades consideradas suas controladas serem acionistas da Sociedade; • no Artigo 12, aprimorando sua redação e excluindo o Parágrafo Único. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** esse Edital de Convocação e a proposta do Conselho de Administração encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade e no Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, na Cidade de Deus, Prédio Amarelo, Vila Yara, Osasco, SP. Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de junho de 2011. Lázaro de Mello Brandão - Presidente do Conselho de Administração. 9, 10 e 11.6.2011